Clube Naval da Praia

Cortar as ondas também com um rumo social

página 03

Projeto Exemplar

Município de Angra reforça Proteção Civil e limpeza urbana

página 03

GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 68 . outubro/2026 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

PRORURAL+ MAR 2030 GOVERNO DOS AÇORES PORTUGAL 2030 Cofinanciado pela União Europeia

ENTREVISTA COM MONICA VERONESI, DA FAMENET

AÇORES PODEM INSPIRAR OUTRAS ZONAS COSTEIRAS

Resiliência, pesca, turismo sustentável e inovação são o futuro para as comunidades costeiras. Monica Veronesi, da FAMENET, vê nos Açores um modelo que pode inspirar outras regiões. páginas 04 e 05

DIEGO AGUIAR
Tesoureiro do Conselho
de Administração da GRATER

EDITORIAL

Quem sustenta a cadeia também merece ser valorizado

Escrevo estas palavras com preocupação, mas também com alguma revolta. Como Presidente da Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses e membro do Conselho de Administração da GRATER, acompanho de perto a realidade da agricultura da Terceira e da Graciosa e, sinceramente, começa a ser difícil compreender como podemos continuar a exigir cada vez mais aos agricultores, enquanto aceitamos preços pagos à produção que muitas vezes não refletem o valor do seu trabalho. O setor do leite é, nas nossas duas ilhas, um dos principais pilares da agricultura e da economia. Mas é importante perceber que o leite não começa na fábrica, no supermercado ou na prateleira. Começa na exploração, começa no agricultor. E ele que investe, que faz empréstimos, que compra máquinas, alimentos, combustível e medicamentos, que emprega população, que corre os riscos do clima arrasar com o trabalho de dias inteiros, e etc. É ele que trabalha todos os dias, muitas vezes sem horários, fins-de-semana ou feriados. E, no final, continua a ser aquele que, nos dias de hoje inevitavelmente, tem menos capacidade para definir o preço pelo seu próprio produto. Isto tem de nos fazer pensar. Falamos muito do preço dos alimentos e do custo de vida, mas pouco falamos sobre o preço que é efetivamente pago a quem produz. Entre o produtor e o consumidor existe uma enorme cadeia de transformação, transporte, distribuição e comercialização, todas importantes para a nossa sociedade. Mas não podemos aceitar que quem está na base de toda esta cadeia seja constantemente pressionado para produzir mais, e com mais exigências, enquanto o rendimento que recebe não acompanha os custos nem o valor que o seu produto gera. Quando o preço pago ao produtor é baixo, o problema não fica apenas no produtor. Sente-se em toda a economia. O agricultor investe menos, compra menos máquinas, recorre menos a serviços, adia obras e reduz despesas. E isso afeta oficinas, transportadores, técnicos, veterinários, comércio, indústria e muitas outras empresas. Por isso, quando uma exploração fecha, não desaparece apenas um agricultor. Há um conjunto (enorme) de atividades económicas que também seguem o mesmo caminho. E há ainda outra realidade que não podemos ignorar. A paisagem da Terceira e da Graciosa, as pastagens, as sebes, os animais e o nosso meio rural não existem por acaso. São resultado do trabalho diário dos agricultores. Queremos ilhas bonitas, queremos turismo, sustentabilidade e desenvolvimento rural, mas esquecemo-nos muitas vezes de que tudo isso depende de existir gente no campo. Não podemos pedir sustentabilidade a quem está economicamente insustentável. Não podemos exigir mais qualidade, bem-estar animal, proteção ambiental, e investimento sem garantir que produzir alimentos continua a ser economicamente viável. E, sobretudo, não podemos querer que os jovens permaneçam na agricultura se não lhes dermos razões para acreditar que podem construir ali o seu futuro. Na GRATER trabalhamos para o desenvolvimento dos nossos territórios rurais, mas sabemos que não existe verdadeiro desenvolvimento rural sem agricultura e sem agricultores. Defender melhores condições e preços justos à produção não é defender apenas uma classe profissional. É defender empresas, emprego, alimentos, paisagem, economia e o futuro das nossas ilhas. Por isso, esta não pode ser uma preocupação apenas dos agricultores. Tem de ser uma preocupação de todos. Porque todas as fileiras começam no campo. E se continuarmos a desvalorizar quem está na origem, não podemos depois surpreender-nos quando começarmos a desprezar a nossa identidade, o nosso motor, a nossa economia…

OPINIÃO

PRODUZIR, INVESTIR E CRIAR VALOR

TIAGO ORMONDE
Vice-presidente do conselho de administração da GRATER

A economia da Terceira tem características muito próprias. Somos uma ilha com um mercado pequeno, custos acrescidos pela insularidade e forte dependência do exterior, mas temos também recursos, empresas e capacidade produtiva que podem ser melhor aproveitados. A agricultura é um dos exemplos mais evidentes. Basta percorrer a ilha para perceber a importância da produção de leite e carne e de todas as atividades que existem à sua volta. Mas a questão económica que devemos colocar não é apenas quanto conseguimos produzir. É como podemos fazer com que essa produção gere mais rendimento e mais atividade económica na Terceira.

E isso passa por decisões concretas.

Uma exploração pode investir em equipamentos que reduzam custos e aumentem a produtividade. Uma empresa pode diminuir a sua fatura energética. Um produtor pode transformar parte daquilo que produz, em vez de vender exclusivamente a matéria-prima. Outros podem apostar na embalagem, conservação, comercialização ou criação de novos produtos. Podem também surgir negócios ligados ao que já temos: transformação de produtos agrícolas, gastronomia, visitas a explorações, produção artesanal, alojamento ou comercialização de produtos locais. Nem sempre precisamos de inventar novas atividades. Muitas vezes, a oportunidade está em acrescentar valor às existentes.

Mas investir custa dinheiro.

Uma máquina, obras de adaptação, equipamentos ou tecnologia representam investimentos que facilmente atingem dezenas ou centenas de milhares de euros. É por isso que capitais próprios, financiamento bancário e sistemas de incentivos devem ser analisados em conjunto.

O Construir 2030 pode assumir um papel importante neste processo, apoiando investimentos de empresas açorianas. Mas importa contrariar uma ideia que por vezes surge quando abre um novo sistema de incentivos: não devemos realizar um investimento apenas porque existe um apoio disponível.

Primeiro deve existir um projeto economicamente sustentável.

Se uma empresa pretende investir 100 mil euros, a primeira pergunta não deve ser "quanto vou receber de incentivo?". Deve perceber quanto poderá vender a mais, que custos conseguirá reduzir, se existe mercado, quanto terá de financiar e se terá capacidade para suportar esse financiamento.

Só depois devemos analisar de que forma o incentivo pode ajudar a concretizar o investimento.

Também existe uma oportunidade importante na relação entre as próprias empresas da Terceira. Se um restaurante comprar mais produto local, uma unidade turística trabalhar com produtores da ilha, uma empresa transformar matérias-primas produzidas cá ou recorrer a fornecedores locais, uma parcela maior do rendimento continuará a circular na nossa economia. Na prática passa por identificar aquilo que conseguimos fazer de forma competitiva e criar melhores ligações entre quem produz, quem transforma e quem vende.

Nos próximos anos teremos fundos comunitários disponíveis e muitas empresas com necessidade de modernização. Temos uma oportunidade que deve ser bem aproveitada.

Mas aproveitar os fundos não pode ser o objetivo.

O objetivo deve ser chegar ao final deste ciclo de investimento com empresas mais produtivas, produtos com maior valor acrescentado, melhores empregos e uma economia regional mais competitiva e menos vulnerável.

Os incentivos são uma ferramenta. O investimento é o meio. Criar empresas mais fortes e uma economia capaz de gerar e reter mais valor na Terceira é que deve ser o resultado.

ESPAÇO ASSOCIADO

JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO

Aqui, a história é mesmo História

Primeiro núcleo de povoamento da ilha Terceira, antiga sede de concelho e palco de episódios marcantes da História de Portugal, São Sebastião continua a afirmar-se pelo seu património. Hoje, enfrenta também desafios.

"Os momentos mais marcantes da história da vila de São Sebastião só podem ser designados como verdadeiramente históricos". Quem o salienta é o presidente da junta de freguesia, Guilherme Bizarro, que afasta qualquer "bairrismo exagerado" nesta apreciação.

Os factos falam por si. São Sebastião foi o local onde se estabeleceram os primeiros povoadores da ilha Terceira, acolheu a primeira paróquia da ilha e foi elevada a vila em 1503 por D. Manuel I, mantendo-se como sede de concelho durante mais de 350 anos.

A localidade está também ligada a figuras como Francisco Ferreira Drummond, considerado um pioneiro da historiografia regional.

"Falamos do lugar onde, em 1582, D. António, o Prior do Crato, se deslocou primeiro ao desembarcar na ilha, se ajoelhando a rezar na nossa Igreja Matriz; falamos do lugar que viu nele construída a Estação Radiotelegráfica das Faleiras, cujo sinal que atingia o Brasil e a África do Sul se tornou essencial para o apoio à navegação no Atlântico e que prestou apoio decisivo à Grande Viagem Transatlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral", descreve.

"Isto claro, sem esquecer que em 1581 foi aqui que se defendeu o nome de Portugal contra o invasor castelhano na Batalha da Salga e que, em 1583, se batalhou bravamente contra uma avassaladora força do mesmo invasor, na que ficou conhecida como Batalha das Mós, tornando esta vila histórica na única localidade do país onde se travaram duas batalhas reais terrestres", conclui.

A vila não esquece também o Padre Coelho de Sousa, "uma figura impar e que marcou muito a sociedade açoreana da segunda metade do século XX", e Maria Vieira da Silva, "cujo culto popular continua forte e vibrante e com certeza findo o processo de beatificação, será objeto de canonização e será acreditamos nós, Santa", recorda Guilherme Bizarro.

Atualmente, São Sebastião tem mais de 2.000 habitantes. "Como em várias das nossas localidades, uma grande franja da sua população já com idade avançada, mas nos últimos anos assistimos à chegada de pessoas de outras paragens, o que tem ajudado a diminuir a idade média dos habitantes", explica o presidente da junta de freguesia.

A oferta de atividades sociais, culturais e desportivas, afirma, é equilibrada, contando com a Escola Francisco Ferreira Drummond, a Casa do Povo, com unidade de saúde familiar, um lar de idosos, um CATL, o centro de convívio, dois grupos desportivos, uma filarmónica, um grupo folclórico, um agrupamento de escuteiros e um grupo de jovens.

Guilherme Bizarro considera, contudo, que continua a existir uma "franca necessidade" de novas infraestruturas. "É o caso de um armazém multiusos que possa ser usado para suporte de eventos que acontecem ao longo do ano", aponta, mas também das zonas balneares da Salga e dos Salgueiros, "que necessitam de investimento que permita estruturas que façam face aos novos desafios naturais e que ao mesmo tempo proporcionem melhor acolhimento a quem as frequenta".

A rede viária é outra das preocupações. "Há uma gritante necessidade de renovação da pavimentação de várias estradas, algumas já em estado lastimável", lamenta.

O turismo, à semelhança do que acontece noutras localidades da ilha, é uma realidade em crescimento. Neste âmbito, foi desenvolvido um projeto em parceria com a GRATER. "A informação necessária sobre diversos locais da vila é disponibilizada aos visitantes de forma digital, acessível através de código QR", explica Guilherme Bizarro.

Também através de um projeto desenvolvido com a GRATER foram adquiridos três stands de madeira para apoio às festas de verão e aos mercados sazonais.

O flagelo das dependências

Nesta vila histórica e agrícola, o problema das dependências continua a ser motivo de preocupação. "Não nos restam grandes dúvidas que o maior desafio que enfrenta esta vila, como enfrentam as demais localidades da ilha e da região, é o flagelo social causado pelo alcoolismo e pela toxicodependência", alerta o autarca.

"Existem inúmeras famílias destroçadas por estes fatores, muitas pessoas vivendo com um constante sentimento de insegurança, muitas situações de desrespeito das mais básicas regras de convivência, muitos atos de vandalismo", relata.

Questionado sobre as respostas necessárias, rejeita medidas que considera insuficientes. "É necessário que haja mais criminalização e menos desculpabilização, penas efetivas e que sejam duras o suficiente para servir de lição, são necessárias mais forças de segurança devidamente equipadas e protegidas pela lei. Ao mesmo tempo tem de se garantir que a justiça seja livre das tendências de compartimentação de pessoas, enraizadas em opiniões xenófobas ou racistas", defende, considerando que "um forte investimento na saúde mental também é necessário".

O desenvolvimento, conclui, deve ser pensado a partir do território e das suas especificidades. "Existem diferenças culturais e sociais, que devem ser respeitadas, quando se decidem os projetos estruturais, de modo a que todos os cidadãos possam beneficiar".

ENTREVISTA

MONICA VERONESI, DEPUTY TEAM LEADER DA FAMENET

"A geografia dos Açores fez com que a resiliência fosse fundamental para o seu desenvolvimento"

Monica Veronesi, da FAMENET (Fisheries and Aquaculture Monitoring, Evaluation and Local Support Network), a rede de apoio da Comissão Europeia para pesca, aquicultura e desenvolvimento local costeiro, defende que os Açores podem ser um exemplo. As comunidades costeiras devem diversificar a sua economia, aconselha a especialista em desenvolvimento local.

AA FAMENET está no centro de uma rede que liga centenas de territórios costeiros europeus. O que é que esta rede consegue fazer que cada território, isoladamente, dificilmente conseguiria fazer?

A FAMENET reúne mais de 300 GAL Costeiros (Grupos de Ação Local), abrangendo cerca de 50 milhões de pessoas em 18 países. Estas comunidades costeiras, muitas vezes remotas ou insulares, enfrentam desafios comuns como as alterações climáticas, a sazonalidade e a dificuldade dos setores tradicionais, como a pesca e a aquicultura, em competir com o turismo e o mercado de segundas habitações. A rede FAMENET junta os diferentes níveis de intervenientes envolvidos no apoio a uma economia azul sustentável, desde as administrações nacionais e regionais até aos GAL - parcerias locais que recebem fundos para apoiar projetos nas suas comunidades. Fazer parte desta rede permite o acesso a conhecimento, informação e contactos úteis, facilitando a partilha de práticas e soluções inovadoras entre pessoas e organizações que trabalham em áreas semelhantes, seja nas pescas, turismo, investigação marinha, biotecnologia azul, etc. Isto pode ajudar as comunidades costeiras a encontrar novos mercados e formas de reforçar a sua competitividade, pode incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis de outras regiões e pode ajudar as comunidades a estarem melhor preparadas para a mudança. Veja-se, por exemplo, o caso das alterações climáticas. Graças à rede, pescadores do norte de França estão a aprender com colegas espanhóis sobre a gestão e comercialização do polvo, à medida que as populações de polvo migram para norte devido ao aumento da temperatura do mar. Pescadores, investigadores e transformadores de pescado da Grécia à Itália estão também a trocar experiências sobre como converter a ameaça do caranguejo azul invasor numa oportunidade. Além de ser uma rede de aprendizagem, a FAMENET ajuda os GAL a encontrar parceiros para transferência de tecnologia e colaboração prática, desde soluções energéticas inovadoras para a frota local até combater o lixo marinho. Assim, os GAL podem apoiar as suas comunidades a inovar e a estar melhor preparadas para quaisquer desafios.

Os GAL Pescas estão próximos das comunidades e conhecem os problemas concretos dos territórios. Na sua experiência, onde é que eles estão a fazer realmente a diferença — e onde é que ainda podiam ter mais força ou autonomia?

O verdadeiro valor dos GAL Costeiros (e do DLBC em geral) está na sua proximidade às comunidades locais. Conhecem os desafios e as necessidades das pessoas e estão numa posição privilegiada para mobilizar a população para liderar o desenvolvimento local, adaptando-o à sua realidade e garantindo benefícios duradouros. Com o DLBC, o financiamento é direcionado para aquilo que a comunidade realmente precisa, em vez de ser aplicado apenas porque existem fundos disponíveis. A investigação, por exemplo, torna-se mais orientada pelas necessidades; e a adoção de inovações pelo mercado é mais fácil de promover graças ao contacto regular com as empresas locais e à confiança construída com as pessoas no terreno. O financiamento DLBC também chega a pessoas locais que, de outra forma, dificilmente teriam acesso a fundos públicos. Estudos mostram que mais de um terço dos projetos apoiados pelos GAL receberam financiamento europeu pela primeira vez, aproximando assim a UE dos cidadãos. Contudo, nem tudo são rosas. O acesso aos fundos pode ser bastante burocrático, incluindo em Portugal, e sim-

plificar estes processos continua a ser um grande desafio. Resolver esta questão é essencial para que o DLBC permita às comunidades costeiras moldar o seu próprio futuro.

Os Açores vivem uma relação muito particular com o mar: são ilhas, estão longe dos grandes mercados europeus e têm comunidades onde a pesca continua a ter algum peso. O que há de particular no modelo açoriano que pode ser inspirador para outros territórios europeus?

A geografia dos Açores fez com que a resiliência fosse fundamental para o seu desenvolvimento. Outras comunidades costeiras podem inspirar-se nos Açores, onde a sustentabilidade ambiental é uma prioridade para o desenvolvimento económico a longo prazo e o setor das pescas mantém um papel central na economia e identidade das ilhas. Muitas comunidades costeiras estão a perder essas raízes. Esta sustentabilidade tem sido acompanhada por investimentos em investigação marinha e energias renováveis, áreas cada vez mais relevantes para o futuro das zonas costeiras. A resiliência das cadeias de abastecimento também é, e aqui vemos como pequenos projetos apoiados pelos GAL têm contribuído para fortalecer os negócios locais e ajudar a ultrapassar a complexidade logística do comércio com parceiros distantes. Por exemplo, o GAL GRATER ajudou uma microempresa da Terceira a diversificar para conservas de peixe, reduzindo a dependência de transportes rápidos, graças ao aumento do prazo de validade dos produtos. A forma como os Açores organizaram a sua oferta turística é outro exemplo que pode inspirar outras zonas costeiras. O turismo de massas é maioritariamente evitado, promovendo-se antes uma oferta mais sustentável baseada nos recursos naturais e culturais. Os GAL podem ajudar a incentivar este tipo de turismo.

As RUP partilham desafios como a distância, a insularidade e a pequena dimensão, mas estão espalhadas por diferentes oceanos e realidades. Há hoje uma verdadeira rede de aprendizagem entre estas regiões? E que papel pode a FAMENET desempenhar para aproximar, por exemplo, os Açores das Canárias, da Madeira ou das RUP francesas?

A troca de informação e o networking entre as regiões ultraperiféricas ainda têm muito por onde crescer. Pelo menos entre os GAL destas regiões, este processo está apenas a começar. As grandes distâncias e os diferentes fusos horários dificultam, sendo necessário apoio para incentivar e coordenar estas atividades. A FAMENET organizou o primeiro evento online para os GAL das Regiões Ultraperiféricas em fevereiro deste ano, onde cada GAL apresentou as suas principais características, desafios e ambições. Surgiram temas comuns, como a integração da pesca artesanal no desenvolvimento local e a promoção de turismo sustentável. No entanto, para criar uma verdadeira rede de aprendizagem, será essencial promover encontros presenciais. Há vontade dos GAL em avançar para um evento presencial e iniciar uma colaboração mais concreta, mas tudo depende do tempo e dos recursos disponíveis — algo que a FAMENET está a explorar.

Se olharmos para os próximos dez anos, que futuro vê para as comunidades piscatórias e costeiras europeias? E o que é que precisamos de mudar hoje para garantir que a transição ambiental e económica não deixa estas comunidades para trás?

Essa é uma pergunta difícil! Muitas comunidades costeiras precisam primeiro garantir a sobrevivência deste setor primário, que faz parte da sua identidade e detém séculos de conhecimento do mar, para além do seu contributo para a segurança alimentar e o emprego local. Tornar o setor mais inovador, rentável e atrativo para os jovens é fundamental para manter empregos de qualidade ao longo de todo o ano e permitir que os jovens fiquem e construam o seu futuro nas suas terras. No entanto, as pescas são apenas parte da solução. As comunidades costeiras devem diversificar a sua economia, promovendo ligações entre setores tradicionais e novas atividades. O futuro destas comunidades depende de valorizar as atividades tradicionais e acrescentar-lhes valor, e não apenas substituir o antigo pelo novo. Os pescadores devem ser parceiros dos cientistas e outros utilizadores do mar; o turismo pode valorizar o património e a gastronomia locais; e os jovens devem ser agentes de mudança, trazendo novas ideias e tecnologia. Os Açores já avançaram na transição para as energias renováveis, esta, juntamente com a tecnologia digital, pode ajudar a mobilizar recursos locais de forma sustentável. Com o apoio das administrações nacionais e regionais, os GAL têm um papel chave para tornar isto possível.

30 ANOS DE... PROJETOS EXEMPLARES

CLUBE NAVAL DA PRAIA DA VITÓRIA

Novos barcos são "lufada de ar fresco"

A presidente do Clube Naval da Praia da Vitória, Rita Borges, assegura que a colaboração com a GRATER permite "transformar ideias em realidade". Foi o que aconteceu com um projeto que dotou o clube de novas embarcações e equipamentos.

O valor de investimento total proposto foi de 11.310 euros. A taxa de comparticipação de 85% resultou num montante de apoio de 9.613 euros, ao abrigo do Mar 2030.

Para o clube, dedicado às modalidades desenvolvidas no mar que abraça a cidade, os resultados vão muito além dos números.

Uma das componentes da candidatura permitiu atualizar a vertente informática. "Há toda uma logística que, com melhores equipamentos, conseguimos acompanhar de forma mais atual", aponta.

Ao contrário dos desportos de pavilhão, os desportos de mar estão sujeitos às contrariedades do clima. Com o novo computador, tela e projetor, passou a ser possível reforçar a formação teórica. "Mostrar provas e atividades, e explicar uma parte mais técnica sem sair diretamente para a prática no mar. Isso acabou por ser bom, no sentido de agarrar mais um bocadinho estes jovens à prática dos desportos náuticos", salienta Rita Borges.

Foram também adquiridos dois barcos Optimist. "Foram fundamentais. Investimentos deste género só são possíveis, literalmente, com este tipo de candidaturas a apoios europeus", realça.

As novas embarcações são "instrumentos de iniciação excelentes" para a formação na vela, sublinha.

O trabalho desenvolvido pelo clube é acompanhado por uma preocupação social. "Por exemplo, temos uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória e há dias em que temos dezenas de participantes. Temos outra parceria com a Escola Vitorino Nemésio. É muito bom, porque passa a palavra, dá a conhecer a atividade do clube e tem uma importância social", refere a responsável.

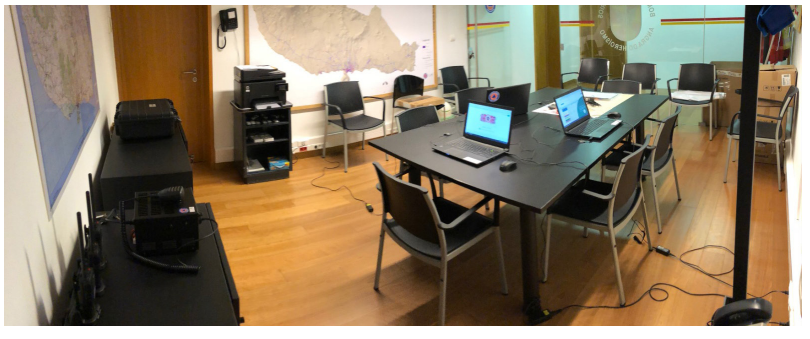
Apesar de a cidade estar voltada para o mar, "mais depressa uma criança se inscreve no futebol", observa Rita Borges, assinalando que os desportos náuticos têm muito para oferecer. "Os mais novos desenvolvem a sua autonomia, a responsabilidade, a resiliência".

Para crianças e jovens que, de outra forma, poderiam ter menos contacto com estas atividades, o mar pode abrir novos horizontes. "Acaba por ser a vantagem maior afastá-los de outros caminhos e de outras coisas que não são tão boas", sublinha.

O Clube Naval da Praia da Vitória mantém uma atividade dinâmica. A natação conta com quase 300 pessoas inscritas e há ainda modalidades como a canoagem, a vela, o mergulho em apneia e a patinagem, também integradas no clube. "No caso da vela, estes dois barcos foram uma lufada de ar fresco", garante a presidente.

INVESTIMENTOS MELHORAM RESPOSTA NAS DUAS ÁREAS

Angra aplica cerca de 467 mil euros na Proteção Civil e na Limpeza Urbana



Ao longo dos anos, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem apostado no reforço do Serviço Municipal de Proteção Civil, procurando dotar a estrutura de melhores meios de resposta em caso de acidente ou catástrofe.

Através de uma candidatura desenvolvida em parceria com a GRATER, que permitiu um investimento de mais de 170 mil euros, com fundos do PRORURAL+, a intervenção nesta área é hoje mais sólida.

Foi equipada a sala municipal de operações e gestão de emergências com material informático, televisão, sistemas de projeção e foi criada uma nova plataforma de gestão de ocorrências.

Rui Drumonde, vereador no município angrense, explica que a plataforma, "completamente nova", já se encontra em funcionamento. "É para o ano inteiro, fica tudo registado e conseguimos em tempo real acompanhar os meios que estão no terreno", descreve.

Também foi adquirida uma viatura "que permite ao Serviço Municipal de Proteção Civil chegar aos locais das ocorrências com a maior celeridade possível e uma carrinha já bastante equipada, com tudo o que possa existir para utilizar em caso de necessidade em diversas áreas", aponta.

A aposta passou ainda pela aquisição de meios como motosserras de diferentes tamanhos e tipologias, torres de iluminação, varredora de manta para equipar a atual retroescavadora com maior amplitude de intervenção e desentupidor de drenagem para situações de cheia, entre outros.

Foi reforçada a rede de radiocomunicações da Proteção Civil municipal e adquiridos equipamentos úteis para acompanhar a atual situação de crise sismovulcânica, como novos sismógrafos ou um drone para cobertura aérea de possíveis zonas afetadas.

A ação do município, garante Rui Drumonde, é sempre concertada. "Apostamos numa articulação com as nossas juntas de freguesia do concelho, onde também já foram criados os núcleos de proteção civil, ou seja, também já têm pequenas estruturas equipadas para esse fim", salienta, acrescentando que o concelho está "mais fortalecido, para intervir com melhor qualidade" face a pequenas e grandes ocorrências. A lógica, sublinha, é de proximidade aos cidadãos.

Mas os investimentos municipais não se ficaram pela Proteção Civil. Um projeto candidatado a fundos do programa PRORURAL+, com um investimento de cerca de 297 mil euros, permitiu reforçar a limpeza urbana.

A verba foi aplicada numa varredoura compacta, numa viatura de cabine dupla com caixa de carga e numa viatura de recolha de resíduos, esta última adaptada às exigências de uma cidade como Angra do Heroísmo. O veículo adequa-se ao centro histórico e ao sistema de recolha praticamente porta a porta.

"Esses três investimentos permitem mantermos uma cidade mais limpa em termos de resíduos, manter esta beleza", resume o vereador.

O concelho caminha, assim, de forma mais segura e mais limpa.

NOTÍCIAS

UNIÃO EUROPEIA

Comissão apresenta nova estratégia para as regiões ultraperiféricas

A Comissão Europeia quer responder aos condicionalismos das regiões ultraperiféricas, entre as quais os Açores, ao mesmo tempo que reforça o seu papel geoestratégico.

A Comissão Europeia adotou, a 10 de setembro, uma comunicação que define uma nova visão estratégica para as regiões ultraperiféricas (RUP) , reconhecendo o papel dos Açores enquanto plataforma atlântica.

"As nossas regiões ultraperiféricas têm identidades fortes, recursos únicos e posições geográficas que projetam a Europa para os quatro cantos do mundo", disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

"No entanto, é necessário ter mais em conta as suas realidades locais e os seus condicionalismos específicos. Esta é a essência da estratégia e do pacote regulamentar que hoje apresentamos. Estamos a adaptar as nossas regras para libertar o potencial destas regiões e fazer da sua singularidade uma força para elas e para toda a Europa", acrescentou.

Assim, são propostas adaptações específicas da legislação da União Europeia em áreas como a agricultura, as pescas, a migração e a fiscalidade.

A Comissão pretende "impulsionar o desenvolvimento socioeconómico e ajudar os cidadãos (das RUP) a tirar o máximo partido das características únicas e da importância geoestratégica das suas regiões".

No plano geoestratégico, a Comissão Europeia pretende "aprofundar a cooperação com os países vizinhos, reforçando simultaneamente o comércio, a conectividade, a segurança, a defesa e a segurança marítima".

Entre as metas definidas está também o apoio à especialização inteligente em domínios nos quais as RUP apresentam vantagens competitivas, como a economia azul, as energias renováveis, a biotecnologia, a investigação científica e o setor espacial.

Melhorar a resposta às alterações climáticas, proteger infraestruturas críticas e promover o emprego, a inclusão social e o acesso à educação e à saúde figuram igualmente entre os objetivos.

De acordo com um comunicado da Comissão Europeia, "a estratégia será executada através de políticas setoriais da UE. Paralelamente, o pacote regulamentar será apresentado ao Conselho para acordo pelos Estados-Membros após consulta do Parlamento Europeu".

Açores, Madeira, Canárias, Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho são as regiões ultraperiféricas da União Europeia.

REDE DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DOS AÇORES

Mecanismo de compensação para a Pesca avançam

A Secretaria Regional do Mar e das Pescas abriu, a 18 de setembro, as candidaturas ao Mecanismo de Compensação para a Pesca Comercial no Parque Marinho dos Açores (PMA).

Este mecanismo foi criado, segundo a secretaria, para "minimizar os impactos de curto prazo da implementação do PMA na atividade da pesca comercial, decorrentes das restrições ao acesso a determinadas áreas, suscetíveis de originar perdas de rendimento".

Financiado pelo Fundo Ambiental, tutelado pelo Ministério do Ambiente e Energia, o mecanismo prevê um montante de 6,54 milhões de euros, repartido pelos anos económicos de 2026, 2027 e 2028. O valor da compensação é determinado individualmente por embarcação.

As candidaturas devem ser apresentadas, até meados deste mês, através do formulário disponibilizado no sítio da Internet da Direção Regional das Pescas.

NOTÍCIAS

A 17 DE SETEMBRO, EM LISBOA

Dia do Desenvolvimento Local 2026: um novo compromisso com os territórios

O Dia do Desenvolvimento Local 2026 reuniu, a 17 de setembro, em Lisboa, organizações da economia social, grupos de ação local, responsáveis públicos, academia, financiadores e outros atores dos territórios para refletir sobre o futuro do desenvolvimento local.

"Desenvolvimento Local em Tempos de Transição: Comunidades, Impacto e Democracia Económica" foi o mote para um dia de debate e construção coletiva, que decorreu no Auditório dos Serviços Centrais do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e que assinalou também o 33.º aniversário da Animar.

Ao longo do encontro, diferentes vozes cruzaram experiências, desafios e propostas em torno de temas decisivos para o futuro dos territórios: as políticas públicas, a economia social, o financiamento, a contratação pública e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas organizações de desenvolvimento local.

A apresentação pública da proposta de Estatuto para o Desenvolvimento Local, desenvolvida pela Animar e pela Federação Minha Terra, na sequência de um processo de reflexão, consulta e construção conjunta, marcou um dos momentos centrais do encontro.

Ao longo do dia, uma mensagem atravessou os diferentes debates: o trabalho realizado nos territórios precisa de ser reconhecido e valorizado nas políticas públicas.

CURIOSIDADES
do mundo rural

Os moinhos da Graciosa

Os moinhos de vento da Graciosa são um elemento emblemático da paisagem da ilha. Contudo, para lá da sua beleza pitoresca, encerram uma história de trabalho e perseverança.

Como escreve Norberto da Cunha Pacheco na obra "Graciosa. As Tradições e as Paisagens de uma Ilha", primeiro surgiram os moinhos de mão e as atafonas, estruturas de madeira movidas pela força humana ou animal, com bois, burros e cavalos.

Mais tarde, chegaram os moinhos de vento. "Usando um tipo de pedras, parecidas com as da atafona, tinham quatro hastes em forma de cruz e eram impulsionados pelo vento", salienta o autor.

O moinho de tipo holandês, com dois pisos e uma escadaria interior, acabou por se impor como o mais comum na ilha. "No seu jumento, lá ia o homem levar a fornada ao moinho, para depois de moída servir para fazer o pão que mataria a fome à família", recorda Norberto da Cunha Pacheco.

Hoje, estes moinhos continuam a despertar a atenção de locais e visitantes, mas são muito mais do que um postal da Graciosa. Está ali um pedaço de história.

FICHA TÉCNICA **Diretora:** Marco Meneses » **Equipa Técnica:** Carmen Toste, Luísa Andrade, Isabel Gouveia e Pedro Sales » **Edição:** GRATER » **Grafismo/Impressão:** Diário Insular » **Propriedade:** GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional. Rua do Hospital, nº 19, 9760 – 475, Praia da Vitória. **grater@grater.pt**. **www.grater.pt**. Tel: 295 902 067/8. » **www.facebook.com/grater.pt**